

A INCLUSÃO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

INCLUSION IN THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE: PERSPECTIVES FOR SCHOOL PHYSICAL EDUCATION

Adriana Edwirgen Maia de Castro	Universidade Estácio de Sá - UNESA dricacastro10@yahoo.com
Felipe da Silva Triani	Universidade Estácio de Sá - UNESA; Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC. felipetriani@gmail.com

Resumo

A crescente inserção de estudantes com deficiência nas escolas e especialmente nas aulas de Educação Física, a partir de seus direitos regulamentados por lei, evidencia a necessidade de conhecer as perspectivas para a Educação Física escolar sobre a inclusão na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tal o objetivo deste artigo é analisar criticamente como a BNCC aborda a inclusão no componente Educação Física e discutir suas implicações para práticas pedagógicas inclusivas. Como metodologia foi adotada uma revisão narrativa que busca compreender as principais influências da BNCC na inclusão da Educação Física escolar. Os resultados evidenciaram que a BNCC não retrata a inclusão, através do respeito e às individualidades de cada um. Evidencia-se a necessidade de políticas cada vez mais dentro da perspectiva inclusiva na Educação Física escolar, perpassando todas as dinâmicas pedagógicas, transformando a disciplina escolar historicamente marcada pela exclusão, mobilizando práticas que valorizem corpos historicamente minorizados.

Palavras-chave Base Nacional Comum Curricular. Inclusão. Educação Física Escolar.

Abstract The increasing inclusion of students with disabilities in schools, and especially in Physical Education classes, based on their rights regulated by law, highlights the need to understand the perspectives on inclusion in the Brazilian National Curriculum Base (BNCC) for school Physical Education. Therefore, this article aims to critically analyze how the BNCC addresses inclusion in Physical Education and discuss its implications for inclusive pedagogical practices. The methodology adopted was a narrative review that seeks to understand the main influences of the BNCC on inclusion in school Physical Education. The results showed that the Brazilian National Curriculum Base does not reflect inclusion through respect for the individualities of each student. In conclusion, it is necessary to increasingly implement training and actions within an inclusive perspective in school Physical Education, permeating all pedagogical dynamics, transforming school Physical Education historically marked by oppressors and exclusions, and mobilizing practices that value historically marginalized bodies.

Keywords National Common Curriculum Base. Inclusion. School Physical Education.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 22/11/2025
Publicado em 29/12/2025

1. INTRODUÇÃO

A escola atua como agente formador dos estudantes e dessa forma responsável pelo processo de formação das estruturas da nossa sociedade. Entretanto, exerce influência sobre a escola numa relação de duplo sentido de persuasão. Devido a esse contexto de influência da escola na comunidade e devido a importância da inclusão, para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, entendemos que todos os estudante devem passar pelo processo de formação inclusiva. A educação inclusiva tem como foco promover uma equidade educacional garantindo o acesso e a qualidade na educação para todos. Incluindo e criando vínculos sociais, identitários e culturais.

As políticas públicas de inclusão e suas respectivas ações têm acarretado, nas últimas décadas, uma transformação nas propostas educacionais para pessoas com deficiências. Nessa trajetória, o modelo educacional vem gradativamente deslocando a concepção sobre seu público-alvo para a autonomia, competência e inclusão (Glat, 2018).

Atualmente, não se questiona mais o direito de pessoas com deficiência frequentar escolas comuns. Essa garantia é dada por uma extensa legislação, tais como: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001); Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); o Atendimento Educacional Especializado (Brasil, 2011), consolidada na recente Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

As políticas públicas e as estruturas teórico-conceituais que as originam e as sustentam se transformam e avançam em um ritmo muito rápido. O currículo escolar é por vezes um terreno político e não meramente pedagógico e cultural (Sacristán, 2000). Assim sendo, existem elementos de cunho político e administrativo que interferem diretamente nas práticas de ensino vividas nas escolas.

No campo das políticas públicas de educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou a constituir os princípios orientadores para a elaboração dos currículos em níveis federal, estadual e municipal, tanto na rede pública quanto na privada (Brasil, 2017). O documento apresenta competências gerais e específicas de cada uma das áreas. Nesse contexto, a Educação Física se insere na área de linguagens.

Quando analisamos BNCC, dando ênfase ao componente curricular Educação Física, percebemos que apesar da grande importância da temática inclusão, para os estudantes, em nenhum momento encontramos a presença de algum trecho que aborde de maneira profunda o tema (BRASIL, 2018).

Diante desses entendimentos, considerando que a BNCC trás muitas mudanças para a prática educativa da Educação Física, este artigo apresenta a seguinte questão de pesquisa: quais os

impactos dessa política pública normativa sobre a inclusão escolar nas aulas de Educação Física? Na tentativa de respondê-la, este artigo objetivou discutir os potenciais riscos à inclusão escolar, a partir do currículo da Educação Física previsto na BNCC.

Processos dialéticos de inclusão/exclusão se apresentam cotidianamente no âmbito escolar, refletindo na Educação Física escolar, muitas vezes mais excludente que inclusivos (Fonseca, 2021). É preciso pensar na perspectiva inclusiva no sentido de abranger a todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência.

A Educação Física ainda apresenta marcas de uma história excludente, quando enfatiza o rendimento, a performance e a prática pela prática, ou seja, somente o fazer, sem objetivo pedagógico, sem um cunho educacional (Fonseca, 2021). A citada autora também aponta para a expressão do corpo em movimento, corpo esse que tem limites e possibilidades, destacando a importância de valorizar e reconhecer as diferenças, compreendendo-as não como obstáculos, mas como desafios e recursos que enriquecem as relações humanas e impulsionam ações transformadoras no contexto da Educação Física escolar.

Considerando a Educação Física escolar numa perspectiva inclusiva e participativa, busca-se considerar que os marcadores sociais da diferença em intersecção podem produzir efeitos contrários como o de exclusão e violência nas experiências dos indivíduos ou vantagens de uns sobre os outros. (Fonseca, 2023). A Educação Física escolar tem um importante papel no desafio da escola de formar cidadãos. A escola regular é o ambiente adequado para se conviver e aprender com as diferenças, ratificando o direito à educação e tendo estreita relação com a vida social.

Transformações nas legislações brasileiras têm sido discutidas para garantir o direito à cidadania e à educação escolar pública. De modo complementar, para Campos (2025), uma perspectiva inclusiva reconhece a busca por problematizar e minimizar exclusões de toda ordem, com base em marcadores sociais da diferença que muitas vezes são subalternizados. A educação assume papel fundamental na construção de uma sociedade baseada no respeito à dignidade da pessoa humana e na justiça social. Acredita-se na formação de uma cultura de respeito à dignidade humana que ocorre através da promoção e vivência dos valores da liberdade, da igualdade, da justiça, da solidariedade, da tolerância, da paz e da cooperação.

Para a inclusão se efetivar é preciso respeitar a individualidade dos (as) estudantes. Em uma aula de Educação Física numa perspectiva inclusiva é preciso haver respeito entre todos, considerando o tempo de cada um e seus limites, promovendo a autonomia enquanto considera as diferenças individuais, compreendendo as características do (a) estudante, resultando em recursos que facilitam a inclusão, como planos de ensino personalizados, respeito às particularidades dos (as) alunos (as), colaboração entre educadores (as), envolvimento familiar e capacitação adicional dos (as) professores (as) nessa abordagem de conhecimento (Costa, 2019).

Os temas transversais são de fato vias indispensáveis do currículo nacional escolar em tempos atuais, o que transporta a Educação Física para além do desenvolvimento físico e motor. A Educação Física Escolar trabalha intensamente a cultura corporal do movimento no aspecto prático e colaborativo. Porém publicações sobre esse componente curricular ainda parecem escassas. Considerando a importância que a BNCC poderia trazer para a Educação Física Escolar, espera-se que este estudo tenha trazido evidências que o referido tema ainda é pouco estudado, necessitando maiores reflexões sobre o assunto. Suprirá a lacuna, colaborando com as discussões e reflexões sobre a educação Física escolar no âmbito curricular, da inclusão, das políticas públicas e das ações governamentais, reforçando a temática em pauta.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa que busca compreender as principais influências da BNCC na inclusão da Educação Física escolar. Neste sentido a revisão narrativa contribuirá para a compreensão do fenômeno, haja vista que a mesma propõe estabelecer relações com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes, apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento. (Vosgerau, 2014).

Nesse enquadramento, utilizou-se o mecanismo virtual de pesquisa Google Acadêmico. Para o início do estudo, foram elencados dois critérios de busca avançada, a saber: a) o artigo, dissertação ou teses, deveriam conter as expressões “BNCC”; “inclusão” e “Educação Física”; e b) o texto encontrado deveria ter sido produzido a partir do ano de 2018, objetivando assim obter textos mais recentes que abordassem a BNCC em sua versão final.

A estratégia de análise foi a categorização temática. A partir da leitura completa da pesquisas selecionada, buscou-se identificar suas tendências temáticas especialmente considerando a apresentação do estudos, sua questão de pesquisa, sua análise e considerações. A análise temática fornece uma descrição mais detalhada e diferenciada sobre um determinado tema específico ou grupo de temas, dentro da análise de dados.

As categorias se referem às inquietações do pesquisador, à problemática do estudo e às peculiaridades das mensagens que foram transcritas.

3. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A BNCC é um documento normativo que retrata o conjunto progressivo de aprendizagens elementares que todos os alunos devem alcançar ao longo da Educação Básica. Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), a BNCC é decorrente de amplo processo de debate na educação brasileira.

Na primeira fase do trabalho articulou-se um regime de colaboração, no qual se objetivou as

aprendizagens essenciais dos estudantes, que deveriam ser garantidas independentes da rede de ensino matriculada e mesmo no caso de troca entre redes.

As competências gerais da BNCC têm como objetivo acompanhar os alunos da Educação Infantil até o Ensino Médio, garantindo o envolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural, no que se referem aos processos educativos de acordo com as necessidades, interesses e possibilidades de cada um.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (Brasil, 2018).

Essas competências estão organizadas em dez tópicos, a saber: conhecimento; imaginação e reflexão; repertório cultural; comunicação; cultura digital; projeto de vida; autoconfiança e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania.

A LDB fala de uma base nacional comum, porém, ressaltando as peculiaridades de cada escola e as diversidades culturais de cada comunidade. Situa a Educação Física na área de Linguagens. A Educação Física tem a finalidade de ensinar a cultura corporal de movimento, na qual, as práticas corporais promovem um tipo de conhecimento particular e significativo que tenha sentido para os diferentes os alunos e grupos sociais (Brasil, 1996).

No que se refere à Educação Física na BNCC, as práticas corporais estão contempladas em ao menos uma das seis Unidades Temáticas presentes no currículo da Educação Física na BNCC. A primeira unidade temática, é Brincadeiras e Jogos: Alteração e criação de regras, dentro de limites de espaços e tempo, tendo como característica manter o que foi tratado pelo coletivo e a apreciação pelo ato de brincar, como brincadeiras e jogos da cultura popular em contexto comunitário, regional e mundial, assim como da cultura indígena e africana. Já a partir do sexto ano, aparece os jogos eletrônicos.

A segunda unidade temática é denominada Esportes. Dividida em categorias para melhor entender a divisão do conhecimento: marca - modalidade que comparam os resultados em segundos e metros; precisão - é caracterizada por arremessar ou lançar; técnico-combinatório - busca a qualidade do movimento; rede/quadra dividida ou parede de rebote - características como lançar, rebater ou arremessar; campo e taco - tem como objetivo rebater a bola lançada pelo adversário mais longe que conseguir; invasão ou territorial -comparar a capacidade de uma equipe levar/introduzir a bola até a quadra defendida pelos adversário; combate - disputas em que o oponente deve ser subjugado com técnicas e táticas de desequilíbrio, imobilização (Brasil, 2017).

A terceira unidade temática é a Ginásticas, apresentada por meio de três classificações: a ginástica geral, com elementos expressivos e possibilidades acrobáticas; a ginástica de

condicionamento físico, que trabalha a melhoria do rendimento; e a ginástica de conscientização corporal, que busca a obtenção de uma melhor percepção do próprio corpo.

A quarta unidade temática é Danças, que tem como objetivo propiciar aos alunos as práticas corporais expressivas. Essa unidade temática traz espaço para debater questões de gênero, etnia e diversidade cultural, fazendo uma reflexão sobre essas temáticas que envolvem algumas práticas corporais

As lutas compõem a quinta unidade e oferece as tradicionais no Brasil (capoeira, huka-huka, luta marajoara), e de outros países (judô, aikido, jiu-jítsu, muay thai, boxe, etc.), sendo significativas para a Educação Física escolar, pois pode contribuir para o entendimento que as lutas não relacionadas com à incitação da violência, às brigas, entre outras, além de trabalhar com as técnicas, táticas e estratégias de imobilização e desequilíbrio.

A sexta unidade temática são as práticas corporais de aventura, que busca a exploração de ambientes urbanos em contato com o cimento (Parkour e Skate), e na natureza, que explora os ambientes físicos, como práticas de rapel e orientação. Tahara e Carnicelli Filho (2012) salientam que as atividades físicas de aventura na natureza retratam o campo do educativo-pedagógico, que retrata diferentes vivências de atividades que podem proporcionar aos estudantes situações com importância pedagógica, por meio da divulgação efetiva de valores, condutas e normas da apropriação de conceitos integrados em distintos contextos do conhecimento e da realização de várias vivências motoras de impacto emocional, pelas particularidades específicas dessa modalidade em proximidade com o meio natural.

De acordo com Brasil (2017), a BNCC traz sete dimensões do conteúdo, que são: a experimentação; uso e apropriação; fruição; reflexão sobre a ação; construção de valores; análise; compreensão e protagonismo comunitário, sendo as habilidades como ações específicas de cada prática corporal.

4. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A QUESTÃO DA INCLUSÃO NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Para Neira (2016), a BNCC apresenta-se como um retrocesso, do ponto de vista dos anseios de uma Educação Física para a diversidade e transformação social. Esse retrocesso se deve pelo fato de que a BNCC objetiva, a partir de um currículo normativo, uma padronização da prática educativa, enquanto que a sociedade, objetivando a inclusão social, caminha no sentido da diversidade.

Concordamos com a perspectiva apresentada por Macedo (2015), a de que é necessário recusar que a base seja marca para uma educação de qualidade, implicada com justiça social e democracia, pois não existe diálogo quando o “outro” não é valorizado, respeitando sua cultura, sua singularidade e as desigualdades sociais e escolares.

Arroyo (2016) aflige-se por a BNCC ser um documento na condição de delineador do currículo brasileiro que não da atenção para os diversos contextos encontradas em nosso país de caráter cultural, social e econômico. Perspectiva que despreza a infraestrutura das escolas e as individualidades dos estudantes.

No currículo da Educação Física na BNCC (Brasil, 2017) o modelo de competências e habilidades apresenta barreiras para ser transposto para um componente curricular que tem como característica a expressão corporal, principalmente devido a uniformidade. Além disso, a padronização impõe inviabiliza a previsão de certas condutas e expressões que o corpo manifesta. O ponto de incompatibilidade da Educação Física com essa proposta da BNCC, é que torna-se crucial então considerar que habilidades cognitivas objetivas, mensuráveis e observáveis não dão conta das singularidades da Educação Física (Betti, 2018). Neira (2018) chama atenção ainda para o fato de as habilidades da Educação Física serem predominadas pela racionalidade técnica presente na BNCC.

A unidade temática “esportes”, está baseada na lógica motriz das modalidades, que é a nova Esportivização da Educação Física, quando dispõe sete categorias de esportes. Mas para o autor esse quantitativo não é necessariamente negativo, se aproximar as prática pedagógicas aos princípios de inclusão e da diversidade.

A infraestrutura escolar refere-se tanto aos equipamentos materiais quanto às condições arquitetônicas, térmicas e luminosas (Castro, 2018). Para Cupertino (2024), a precarização é um dos problemas mais recorrentes nas escolas, e resulta na desvalorização do professor e do seu trabalho, dentro de uma Educação Física na perspectiva inclusiva. Todos os espaços contêm problemas evidentes e necessitam de providências para prover melhores condições de trabalho para o professor de Educação Física. Assim como promover condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiências ou com dificuldades de locomoção, por causa das barreiras arquitetônicas.

De acordo com a Carta Brasileira de Educação Física, para que o componente curricular seja implementado com qualidade, é necessário que a escola possua instalações e meios materiais adequados (Confef, 2000). Contudo, Hernandes (2019) assinalam que a infraestrutura para as atividades práticas nas escolas tem impacto direto na execução nas aulas de Educação Física, pois a sua ausência prejudica o desenvolvimento das aulas, trazendo prejuízos à aprendizagem e desmotivando os professores, impactando diretamente sobre o processo de inclusão. Ainda sobre os impactos da infraestrutura na inclusão, Rosa (2016), ressaltam que a falta dela compromete a qualidade da Educação, uma vez que os componentes curriculares necessitam de condições básicas para a execução das atividades e a falta dos espaços físicos e dos materiais didáticos afeta o trabalho pedagógico dos professores, impossibilitando a acessibilidade.

Sem a infraestrutura a BNCC limita o acesso da ampla gama de possibilidades de

conhecimentos das diversas práticas corporais de movimento previstas na Educação Física.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo discutiu como o tema é tratado na BNCC, possíveis lacunas existentes e níveis de profundidade acerca do tema. Realizou-se um diálogo entre os documentos consultados articulando com o tema da inclusão e a Educação Física Escolar. Pode-se perceber que a Inclusão é tratada de maneira superficial ainda e muitas vezes ausente nos textos oficiais da Educação Física na Educação Básica. Potanto indica-se a necessidade de discussão sobre a inclusão na escola norteando as ações pedagógicas.

A análise permite afirmar que a BNCC apresenta incompatibilidade entre o que anuncia e o que na realidade propõe em relação dos conhecimentos disponíveis sobre a produção curricular da Educação Física. Quando se opta por um currículo baseado em competências e habilidades reduz as possibilidades pedagógicas e impacta na formação dos estudantes. O ensino da Educação Física sem a argumentação que justifique sua inserção na área das linguagens é inconsistente.

A BNCC baseia-se nas teorias tradicionais quando se propõe ao desenvolvimento de competências e habilidades, o que permite processos de exclusão para estudantes com deficiência. As representações dos valores, sentimentos e intenções de cada grupo cultural, esportes, danças, lutas, brincadeiras e ginásticas estão sujeitos a inúmeras significações, podendo varia de acordo com o contexto e os sujeitos envolvidos, especialmente em relação às suas singularidades (Triani; Novikoff, 2020). Dessa forma o estabelecimento de uma mesma classificação para todo o território nacional é extramamente excludente

Nem todas as dimensões de conhecimento foram consideradas na formulação habilidades, principalmente as que problematizariam os modos de produção das diferenças. E dessa forma caminha na direção oposta da contemporaneidade, que é a ausência de processos inclusivos e a superação de barreiras de todas as dimensões. O documento volta-se para a um desenho social injusto, num momento histórico de garantias de políticas públicas em relação à deficiencia, onde os professores deveriam ser apoiados na elaboração de currículos democráticos e democratizantes.

A discussão envolvendo os processos de inclusão/exclusão estão diretamente relacionados à necessidade de mudanças estruturais, processuais e cotidianas, que são ainda pequenas, mas processualmente impactantes. Somente quando os documentos inserirem inclusão, diferenças ou diversidade no texto causará os impactos necessários para a reflexão crítica sobre esses desdobramentos, respeitando as diferenças dentro da BNCC de modo a entendê-las na atuação do professor de Educação Física, pode ser um caminho rumo a uma orientação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BETTI, Mauro. Educação Física e cultura de movimento: uma perspectiva fenomenológica e semiótica. **Revista da Educação Física**, UEM Maringá, v. 18, n. 2, p. 207-217, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/download/3277/2343/>. Acesso em: 12 jun 2025.

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Recuperado em 23 de junho de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Recuperado em 23 junho de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**. Recuperado em 23 junho de 2018 de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectivada-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192.

BRASIL, Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Recuperado em 23 junho de 2018 de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf.

BRASIL, Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Recuperado em 23 junho de 2018 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm.

BRASIL, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001)**. Brasília: MEC. Recuperado em 23 de junho de 2018 de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

COSTA, João Paulo Viana da. Cultura corporal e autismo: reflexões e propostas de intervenção. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 6., 2019, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

COSTA E SILVA, João Antônio; VIANNA, Aurélio Pitanga; FOGANHOLI, Cláudia; ANTUNES, Marcelo Moreira. A base nacional comum curricular e a inclusão na educação física escolar: relações (im)possíveis?. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 1, p. 168-180, jan./abr. 2024.

FONSECA, Michele Pereira de Souza. Formação docente em Educação Física na e para perspectiva Inclusiva: reflexões sobre Brasil e Portugal. **RevistAleph**, n. especial, p. 42-74, 2021.

FONSECA, Michele Pereirade Souza; SILVA, Samara; SANTOS, MariaLuizaMendes (org.). **Possibilidades de diversificação de conteúdos na perspectiva inclusiva: Relatos de experiência na Educação Física Escolar**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2023.

GLAT, Rosana., & Blanco, L. de M. V. (2015). Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In R. Glat (Org.), **Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar** (2a ed., pp. 15-30). Rio de Janeiro: Sette Letras.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 40, n. 3, p. 215- 223 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/m5NJPS7PQnCCxZZtCsdjsqL/>. Acesso em:30 de março de 2025

NEIRA, Marcos Garcia; ALVIANO JÚNIOR, Wilson; ALMEIDA, Déberson Ferreira de. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 41, p. 31-44, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6807/3374>. Acesso em: 30 de março de 2025.

SACRITÁN, José Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre:Artmed, 2000.

TRIANI, Felipe da Silva; NOVIKOFF, Cristina. **Representações sociais do corpo**: o universo simbólico da formação de professores de educação física. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.